



(RE)PRODUÇÃO DE GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER: reflexões sobre o patriarcado como subproduto do capital

(RE)PRODUCCIÓN DE GÉNERO Y RELACIONES DE PODER: reflexiones sobre el patriarcado como subproducto del capital

(RE)PRODUCTION AND POWER RELATIONS: reflections on patriarchy as a byproduct of capital

OLIVEIRA, Flávio Pereira de¹

Resumo

O presente texto desenvolve uma tessitura crítico-epistêmica acerca das ofensivas do capital em sua fase monopolista, tendo como referência as opressões de raça, gênero e classe, porque dessas se retroalimenta metabolicamente. A escrita reflexiva é emergente dos estudos e pesquisas construídos no âmbito do grupo de pesquisa D'GENERUS e do Doutorado em Educação junto a UFPel, e representa um acúmulo teórico-epistêmico com fator de impacto no exercício de inteligibilizar a realidade e sua (re)configuração. Para tanto, faz frente ao objeto em estudo ancorado nos fundamentos da corrente filosófica do materialismo histórico e dialético, em diálogo horizontal com as interseccionalidades de raça, gênero e classe, por entender que essas se constituem marcadores de análises sociais centrais para a compreensão dos processos que engendram as opressões de gênero, e que a ciência do capital silencia. Tem por objetivo a intenção de refletir e problematizar sobre como o patriarcado tem sido movimentado para subsidiar a reificação capitalista, centralizado a (re)produção do gênero. O estudo segue afirmando que as opressões de gênero são um produto do capitalismo e sua importância incide na tenacidade do capital.

Palavras-chave: Capitalismo; Gênero; Patriarcado; Relações de poder.

Resumen

Este texto desarrolla un marco crítico-epistémico respecto de las ofensivas del capital en su fase monopólica, tomando como referencia las opresiones de raza, género y clase, porque estas se retroalimentan metabólicamente. La escritura reflexiva surge de estudios e investigaciones construidas en el ámbito del grupo de investigación D'GENERUS y del Doctorado en Educación de la UFPel, y representa un cúmulo teórico-epistémico con factor de impacto en el ejercicio de comprender la realidad y sus (re)establecimientos. Para ello, aborda el objeto de estudio anclado en los fundamentos de la corriente filosófica del materialismo histórico y dialéctico, en diálogo horizontal con las interseccionalidades de raza, género y clase, entendiendo que estas constituyen marcadores de análisis sociales centrales para comprender los procesos que engendran opresión de género y que la ciencia del capital silencia. Su objetivo es reflexionar y problematizar cómo el patriarcado

¹ Doutor em Educação, Professor do IFPA, Breves, Pará, Brasil – flavio.oliveira@ifpa.edu.br

ha sido utilizado para subsidiar la cosificación capitalista, centralizando la (re)producción del género. El estudio continúa afirmando que la opresión de género es producto del capitalismo y su importancia afecta la tenacidad del capital.

Palabras clave: capitalismo; Género; patriarcado; Relaciones de poder.

Abstract

This text develops a critical-epistemic framework regarding the offensives of capital in its monopolistic phase, taking as a reference the oppressions of race, gender and class, because these are metabolically fed back. Reflective writing emerges from studies and research constructed within the scope of the D'GENERUS research group and the Doctorate in Education at UFPel, and represents a theoretical-epistemic accumulation with an impact factor in the exercise of understanding reality and its (re) settings. To this end, it addresses the object under study anchored in the foundations of the philosophical current of historical and dialectical materialism, in horizontal dialogue with the intersectionalities of race, gender and class, understanding that these constitute markers of social analyzes central to understanding the processes that engender gender oppression, and which the science of capital silences. Its objective is to reflect and problematize how patriarchy has been used to subsidize capitalist reification, centralizing the (re)production of gender. The study continues by stating that gender oppression is a product of capitalism and its importance affects the tenacity of capital.

Keywords: Capitalism; Gender; Patriarchy; Power relations.

Para começo de conversa

Acerca das relações de poder, dominação, exploração e opressão de uns sobre os outros, parte-se do entendimento que os processos de dominação dos homens sobre as mulheres constituem-se “um fenômeno histórico-cultural com uma causa econômica determinada” Toledo (2017, p. 29). Diante disso, a reificação capitalista vai transformar corpos femininos em mercadorias reprodutoras de mais mercadorias, a partir de uma manobra do capitalismo que tem como indutor o *mito do amor materno*. E, se utilizando desse argumento, mantém uma estrutura de poder que “para justificar seu sistema de dominação e fazer os indivíduos suportarem a exploração e a miséria, a burguesia cria mitos e os sustenta ou descarta conforme seus interesses econômicos do momento” (TOLEDO, 2017, p. 159).

Tais expressões de opressão, tendo como pano de fundo as questões de gênero, para além de evidenciada em variadas formas e natureza, principalmente, se se considerar questões de raça e classe, são especificamente um produto fabricado no interior da

concepção que alimenta uma certa “superioridade” conferida, por questões biológicas e políticas, ao ser masculino. O pensamento e a lógica que alimenta tal racionalidade tem conseguido atravessar fronteiras de tempos históricos fazendo-se presente tanto no âmbito das instituições públicas, como nas de natureza privadas. O cruzamento dessa engrenagem chega nas sociedades do século XXI, justamente porque as desigualdades, como produto dessas relações, não são estanques, conforme Toledo (2017), mas acompanha o movimento da história que é uma feitura humana. Isso tem ocorrido, em que pese tensões e enfrentamentos levados a efeito, principalmente, por mulheres que ousaram a “ser” e a dizer “não”, como nos lembra Paulo Freire (1987) na obra “Pedagogia do Oprimido”.

Esse *modus operandi* de relações sociais conduzida à maneira da “superioridade” masculina, ao longo de processos históricos e em diferentes contextos sociais, foi se instituindo como um sistema, tal que Giddens (2017), abordando sobre os conceitos essenciais da sociologia, vai dizer que essa relação não é natural, ao tempo que dá conteúdo e forma ao patriarcado, sendo este compreendido como uma “dominação sistemática feita pelos homens sobre as mulheres em algumas ou todas as esferas e instituições da sociedade” (GIDDENS, 2017, p. 163). Na direção disso, é oportuno enfatizar que sua instituição, como termo paradigmático, é um feito dos movimentos feministas, no advento da modernidade, para designar esse sistema político de dominação e de fabricação das opressões. O mesmo autor sustenta que não haverá igualdade nas relações de gênero enquanto o patriarcado for e se movimentar como uma agência fenomenológica, sua (igualdade de gênero) materialização só será mediante ao seu (patriarcado) total desmantelamento. E, desmontar o patriarcado, implica dizer, desmantelar o capitalismo.

Considerando-se que o termo gênero foi cunhado para evidenciar os mecanismos de opressões e desigualdades entre homens e mulheres, como sendo o resultado de um pensamento hegemônico e, portanto, estrutural e não natural como a própria sociologia a interpretou, baseada nas nuances da biologia, sendo sua compreensão alterada a partir dos estudos feministas como sustentado por Giddens (2017), o paradigma gênero, também não é uma coisa estanque. Ele, como um produto das relações sociais, vai se reconstituindo nas configurações conceituais a partir do movimento da história e das dinâmicas sociais dela decorrentes para ir respondendo aos desafios colocados na “ordem

do dia”, e “isso quer dizer que gênero é uma categoria social instável capaz de acomodar muitas variações e pode mudar radicalmente” (GIDDENS, 2017, p. 152).

Sua importância, portanto, é centrada na medida em que as desigualdades de gênero são configuradas e consagradas nas sociedades, considerando sua maior ou menor intensidade. Elas existem em função mesmo do patriarcado, daí sua importância para construir leituras críticas às relações estabelecidas de maneira a não naturalizar as práticas de poder e de opressão como quer a *colonialidade do poder*.

À luz disso, intenciona-se em dar continuidade ao debate político e ideológico sobre como as sociedades vão se constituindo ao longo de processos sócio históricos e de como as expressões de poder e de quem a configura, regula e faz sua gestão, vão sendo tomada a efeito, notadamente, por uma espécie de “poder normativo” da supremacia masculina. Isso quer fazer referência à suposta “superioridade” conferida ao ser masculino que se encaminha a partir de uma lógica que alimenta e institucionaliza – no âmbito das estruturas sociais, públicas e privadas - essa relação vai sendo entendida como natural e não como o produto das relações de poder e dominação, cujo embrião nascedouro é por todos (a) conhecido.

Por outro lado, se infere que essa relação não é fatalista, mas estrutural e, portanto, fabricada intencionalmente, sendo formatadas, estabelecidas e ancoradas, de um lado pelo pensamento “político-religioso”, fazendo-se extremamente necessário nesse exercício para se compreender as finalidades dos processos de fabricação e manutenção da opressão e exploração da mulher, que aqui, em razão dos limites, não deu para tratar do grau das hierarquias sofridas por diferentes corpos femininos. Sobre isso, Cecília Toledo, abordando sobre a as opressões no seio do capital, ou seja, sobre o patriarcado e sua íntima e intrínseca relação com a religião, sustenta que:

[...] as religiões cumprem um papel decisivo na manutenção e propagação da ideia da mulher como sexo frágil e ser inferior, ajudando a mantê-la subjugada e oprimida. Por isso, a religião sempre cumpriu um papel chave no reforço e na manutenção da situação de opressão da mulher. (TOLEDO, 2017, p. 35).

Ao lado disso, segue a concepção alimentada de “homem” mundo, natureza e sociedade a partir das “lentes” da modernidade subscrita na agência colonizadora do capitalismo, instituída já na sua fase mercantil, como uma estrutura ou um sistema social/econômico que formata e submete às existências/inexistências, funcional a sua manutenção.

A história registra que o pensamento ocidental, branco e cristão contribuiu de maneira sistêmica para a incidência dessa expressão de dominação masculina, Miguel (2014). Esse autor faz referência para ampliar o entendimento do que significa a dominação da mulher – em diferentes contextos socioculturais e momentos históricos – que, por vezes, o termo “patriarcado”, na leitura do autor, não daria conta de alcançar todos os marcadores de opressão e violência contra a mulher.

Isso porque, há que se considerar que o ser mulher, existe nas suas múltiplas identidades e de gênero – como sendo expressões que vão além do que o termo “patriarcado” reúne num único conceito para falar do exercício de poder, precisando, pois, nominar os diversos marcadores/predicados implicados e aplicados com esse termo e especificar em que corpo, em que gênero, em que contexto social, geracional, político e cultural se dão as marcas das opressões a corpos proibidos de ser, Freire (2021). Assim sendo, tais corpos estão educados e ajustados para ocuparem lugares, também, ajustados e sob medidas, a que lhes cabem e a desempenharem funções subalternas reprodutivas.

O termo “patriarcado”, conforme literatura pertinente, não se manifesta de modo a expressar uma única forma com que se operou esse sistema, ao longo de processos históricos que a humanidade veio construindo. Isso porque as relações sociais, nas quais o “homem” constrói sua existência – material e simbólica - não são o resultado de uma ação casual ou natural. Elas são emergentes do interior de relações de causa e efeito que estabelece entre si e com a natureza para continuar existindo. Nesse processo, e a depender do contexto sócio histórico, a linguagem se manifesta de modo a conferir sentido conceitual adjetivado de termos e expressões, daí considerar que “os conceitos, bem como as palavras que os denominam, são históricos, sendo criados e mudados ao longo do tempo. Por isso, situá-los temporalmente é um passo importante para compreendê-los” (SAFFIOTI, 2005, p. 77). Compreender que a existência do “homem” não é dada ou fruto da bondade divina, mas construída no movimento social e histórico a considerar contextos específicos. E, nesse sentido, entender que o “ “[...] patriarcado como um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres” (ALTMAN, citada por SAFFIOTI, 2005, p. 41).

De onde vem, onde nasce e como se explica esse que pode ser considerado como um sistema político que perdurou e atravessou longos períodos históricos da “civilização” da humanidade, chegando à contemporaneidade no limiar do século XXI - em que pese alguns e importantes avanços de contestação transgressora desse sistema, como resultado do enfrentamento político e transgressor de corpos que o patriarcado não conseguiu colonizar e dominar? Em que pese o protocolo de torturas e mortes operado pelo misógeno tribunal da “santa inquisição” dos períodos medievais e de sua forma moderna. Daí a nomeação de “bruxas” para fazer referência às mulheres insubmissas aos potentados do poder clerical e mercantil, que ainda se movimenta, resguardada ponderações de não generalização, com expressivas manifestações eivadas no interior dos espaços domésticos e das instituições civis, sociais e políticas como na igreja, na escola e no parlamento, a título de exemplo, nos tempos da modernidade.

As expressões de manifestação desse sistema, na contemporaneidade, coloca a necessidade de se trazer o debate para o conjunto da sociedade, ancorado, não nos princípios de “igualdade”, ainda que formal ou material, entre homens e mulheres, mas e a partir da diferença e da equidade de sexo e gêneros, posto que, como nos coloca Saffioti (2005) sobre o metabolismo sistêmico dessa engrenagem de poder têm se oxigenado e se metamorfoseado para o contínuo processo de fabricação de seus produtos, porque “como já se afirmou, qualquer que seja a profundidade da dominação/exploração das mulheres pelos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma.”, sustenta, com expressão de verdade (SAFFIOTI, 2005, p. 43).

A autora (2005, p. 42) sustenta que “[...] a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos”. Isso posto, é para lembrar, conforme a autora em referência, como e de que maneira – em volta dos tempos históricos – a dominação do homem sobre a mulher, com poder e autorização de morte, da Roma antiga às expressões atuais, se estabeleceu como arranjos de poder sistêmico.

Tal poder, à maneira do patriarcado, não pode ser contestado, tal que tem atravessado estruturas sociais e políticas como poder normativo à formatação do conjunto da sociedade, numa empreitada clara e deliberada de “caça às bruxas”, de violação da vida e, mais recentemente, dos direitos humanos, conforme sustentado pela carta das Organizações das Nações Unidas – ONU – de 1945, que estabeleceu e afirmou

compromissos com a garantia plena aos direitos humanos básicos a serem assegurados pelos regimes políticos de natureza democrática.

Essa engrenagem se movimenta em que pese significativos avanços – como resultado das transgressões e práticas de “bruxarias” e “magia negra” de mulheres – brancas, indígenas e negras - assim denominadas e que ousaram, em processos de luta, a enfrentar as estruturas de poder, de modo a incidir na criação de leis e dispositivos jurídico-legais formais, inscrevendo no rol de responsabilidades do Estado – na concepção gramsciana do termo – o direito dos diferentes corpos a existirem, com sua proteção. Ainda assim, percebe-se que esses direitos se inscrevem na formalidade da lei, havendo uma dicotomia, um distanciamento oceânico entre seus postulados e a realidade fabricada, pois, “[...] hoje o homicídio é crime capitulado no código penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade” (SAFFIOTI, 2005, p. 42).

Isso porque as estruturas do Estado são tomadas, configuradas e reconstituídas conforme as demandas dos que o disputa, e esses têm sido – com maior expressão - os das frações dominantes, que se organizam na ossatura do estado para fazer frente a manutenção de seus interesses e privilégios. Como efeito disso, não se contabiliza um reflexo de minimização das violências aos corpos proibidos de ser, justamente porque ainda se está sob o modelo de produção que para subsistir o faz na medida da fabricação dessas opressões, implicando dizer que o sistema de produção capitalista encaminha as violências como um produto funcional à sua existência.

Daí que, na perspectiva do feminismo radical e em diálogo transversal dos postulados com que se movimentam o feminismo socialista, essa engrenagem só terá sua “obsolescência programada” na medida da destruição total do modo de produção capitalista, pois, na medida da sua não destruição, o patriarcado continuará a existir e operar como um sistema endógeno do capitalismo. Daí que “ao combater a desigualdade sem combater suas raízes, o feminismo luta contra palavras e ideias e não contra o mundo real” (TOLEDO, 2017, p. 156).

Por que olhar para a historicidade desse que pode ser considerado como um sistema político de poder em que as relações entre homens e mulheres, numa linha abissal, que se manifesta de maneira desigual, em função de um pensamento político, que atravessou centenas de milhares de anos em distintas formas de organização social ao

redor do mundo, chegando com novas facetas e novas roupagens no advento do século XXI, fazendo-se e se refazendo de modo a conferir e manter uma – suposta – superioridade ao ser masculino, alimentado, inclusive, pelos postulados e determinismos biológicos?

Na direção disso, Saffioti (2005), responde a esse questionamento afirmando que é preciso trazer a compreensão da dimensão histórica desse fenômeno social para que se saiba que as tratativas desse sistema refere-se e volta-se para um modo, e sua manutenção, de dominação pautado na produção e reprodução das várias opressões e imputadas a corpos femininos por meio da dominação e exploração.

Faz-se necessário porque há a continuidade, em vista da manutenção, da base política de operacionalização dessa engrenagem sistêmica, que articula sexo e gênero como estratégia de dominação, cuja existência imprime-se desde o contexto da era não cristã, por volta de 3100 a. C. conforme Gerda Lerner (.). Isso posto, é para que se saiba de onde vem e como vai ganhando corpo e forma as opressões, levada a cabo como um sistema de poder.

A autora coloca que “[...] é imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado” (SAFFIOTI, 2005, p. 41). Esse esforço faz-se importante, dentre outros, para que se tenha viva a memória sócio histórica de como operam as forças heteronormativas, branca, cristã, eurocentrada e capitalista que, inclusive, encaminham a dimensão “a-histórica” Saffioti (2005), desse *modus operandi* de poder e hegemonia, visando escamotear as vísceras e os produtos (opressões) fabricados, ao longo da história da humanidade, onde tais opressões sustentam que “[...] o patriarcado é um caso específico das relações de gênero”, Saffioti (2005, p. 51).

Olhando para o pensamento apostólico “religioso” – cristão eurocentrado - datado e ancorado ainda nos períodos medievais, podemos considerar uma das explicações que podem guardar relações com a fabricação da existência do patriarcado fundamentado no teocentrismo, onde alimenta a ideia de que “Deus” fez a mulher desde, a partir e para o “homem”, como nos coloca a bíblia no livro do Gêneses, especificamente nos dispostos do capítulo 2, versículos 22 – 24:

E da costela que o Senhor Deus tomou do homem formou uma mulher; e trouxe-a a Adão. ²³E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos e carne da

minha carne; esta será chamada varoa, porquanto do varão foi tomada. ²⁴Portanto, deixará o varão o seu pai e a sua mãe e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne. (BÍBLIA, Gêneses, 2, 22 – 24).

Em que pese a simbologia e o caráter contraditório desse preceito religioso, visto que Eva acaba sendo uma figura simbólica/mitológica que representaria a “desobediência” e, portanto, porta de entrada da maldade – do pecado original - no mundo e a condenação e expulsão do “homem” do paraíso, esse pensamento alimentado pela doutrina do magistério da igreja (católica), de que a existência do “homem” foi um feito divino através do criacionismo, pode guardar relações de sustentação dos feitos de submissão e, de tudo que isso representa, imputado às mulheres.

Diante disso, depreende-se dos ensinamentos “religiosos” que a sua existência tem finalidades predestinada, autorizada e já condicionada no momento mesmo de sua criação: porque veio da “costela” de Adão, sua missão limita-se a servir ao homem, imprimindo o seu ser, não para si, mas para outrem e de desinência masculina. Quanto a isso, Cecília Toledo lembra que:

A visão de Maria como uma mulher totalmente submissa, que não exige nada para si mesma e se doa integralmente aos demais, incapaz de fazer o mal a outrem e que nem mesmo para conceber seu filho Jesus se submeteu a relações carnavais e pecaminosas, mantendo-se assim pura para todo o sempre, é um instrumento perfeito para servir de modelo da figura feminina exigida pela igreja. (TOLEDO, 2017, p. 36).

Refletindo sobre a “objetificação” da mulher, Miguel (2014), aponta que essa tem se manifestado na medida e na proporção que fabrica sua negação enquanto ser de potencialidades, e sua “transcendência” se afirma seu estado de natureza, no qual deve ancorar sua “existência” servil, porque a agência colonizadora de seu corpo, alma e espírito não lhe autoriza a enxergar a si com suas próprias “lentes”, mas com as dos seus “senhores” e, sendo isso expressão de verdade, como vão si perceber oprimidas, se os olhos que estão autorizados a ver não lhes enxergam nessa condição?

Essa tem sido uma das “lentes” de leitura interpretativa levada à cabo por uma espécie de fundamentalismo na sustentação da concepção que alimenta e encaminha práticas de manutenção desse sistema de poder operacionalizado num dos principais aparelhos ideológicos de Estado, conforme Althusser (1985), a religião. Isso deixa claro a relação que se estabelece sobre a questão de gênero e que configura uma das pautas que atravessa, principalmente, as lutas de enfrentamento do pensamento feminista socialista centralizados nas interseccionais de raça, gênero e classe, Akotirene (2018).

As opressões como um produto e, ao mesmo tempo, como uma ferramenta de dominação do sistema político do patriarcado com que operam para submeter corpos sexualizados e racializados se manifesta, como se sabe, de diferentes formas e em variados contextos, seja na esfera do privado – âmbito doméstico, onde os homens “por decreto” são liberados das atividades relativas -, quer seja na esfera pública junto a instituições sociais e políticas.

Ambas esferas constituem como espaços formatados e ajustados para o, contínuo, processo de fabricação das opressões de modo a oxigenar as estruturas/engrenagens que encaminham a reprodução ampliada do capitalismo, tal que “[...] as hierarquias de gênero, classe e raça não são explicáveis sem que se levem em conta essa divisão, que produz, ao mesmo tempo, identidades, vantagens e desvantagens” (BIROLI, 2018, p. 18)

Na direção disso, Ferguson & McNally (2017) analisam que o capitalismo para se sustentar como um sistema hegemônico de produção de mais-valor precisa, constantemente, produzir as opressões e chama atenção para aquelas que são oriundas da esfera privada, ou do âmbito doméstico. Segundo a autora, essa esfera vai se constituindo como uma espécie embrionária donde nasce (forçadamente de suas entranhas) as forças de trabalho – sobretudo o doméstico, que é, inclusive, base de sustentação daqueles incorporados no âmbito público. E isso, é para alimentar e retroalimentar a produção do capital e das relações de poder, posto que, nas palavras do autor e da autora, “[...] sem trabalho doméstico, os trabalhadores não podem se reproduzir e, sem trabalhadores, o capital não pode ser reproduzido” (FERGUSON & MCNALLY, 2017, p. 28). Neste sentido, pode-se falar em trabalho “não produtivo”, realizado no âmbito doméstico, majoritariamente, por mulheres? Essa reflexão articula questões de gênero para se compreender como a “geografia” de produção de opressões arquiteta a divisão social e sexual do trabalho e condiciona/direciona corpos femininos para o exercício das atividades “subalternas” nessa esfera, visto que há uma concepção que confere pouca ou quase nenhuma importância do trabalho doméstico, quando se refere à produção de mercadorias. Isso porque, nessa esfera, o trabalho cunhado não produz valor de troca, será?

É importante pontuar que a questão de gênero também tematiza uma outra questão de igual relevância, qual seja, a questão racial. Isso porque, nessa estrutura de opressão e dominação, não são todas as mulheres que estão condicionadas e submetidas – numa linha

horizontal de opressão - a exercerem determinados papéis e a ocuparem lugares (não lugares) no conjunto da sociedade e isso ocorre, conforme Biroli (2018), quando afirma que “[...] a divisão sexual do trabalho é um locus importante na produção do gênero. O fato de ela não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero que assim se dá é racializada e atende a uma dinâmica de classe” (BIROLI, 2018, p. 19). Por extensão disso e pela égide do *patriarcado público*, a participação da mulher na vida social e política já estaria condicionada em razão dessa relação de poder e dominação, ficando ao largo questões como cidadania, democracia, igualdade de participação na reivindicação de suas demandas ficando, pois, sub-representada pelos seus “senhores”, e à margem do debate público.

Nessa direção, Ferguson & McNally (2017, p. 28 – 29), sustentam que “[...] O trabalho doméstico produz valor de uso, não valor de troca e, portanto, não produz mais-valor”. Essa leitura vai reforçar a estigmatização do trabalho doméstico como de menor importância ao ponto de não ser considerado, inclusive, como trabalho, posto que não produz mercadorias – na lógica do capital - e vai incidir, também, na não regulamentação de sua natureza e de garantias trabalhistas fundamentais.

Outrossim, há uma outra lógica processante de opressão e de submissão às mulheres, notadamente, as mulheres da classe trabalhadora – no âmbito doméstico - que o capital lhes impõem como força motriz à sua auto-oxigenação, qual seja, a de “procriação”. E aqui o capital tenta formatar e incidir numa espécie de regulação do ciclo biológico e da maternidade para que, desta forma, sejam preparadas as futuras gerações de trabalhadores (a) a serem exploradas pelo sistema capitalista de produção.

O que não significa dizer ser esse um modo único de exploração a partir da divisão social e sexual do trabalho e que colocaria todas as mulheres no mesmo contexto de opressão e exploração, posto que Biroli nos alerta para não cairmos em romantismos ingênuos. Quanto a isso, salienta que “[...] a divisão sexual do trabalho não se organizou historicamente segundo um padrão único. Os padrões variam quando se considera a posição de diferentes mulheres (homens), levando em conta as relações de classe e raça” (BIROLI, 2018, p. 30).

Essa empreitada faz-se na medida que estabelece mecanismos por vias estatais, por meio do qual exerce o controle sobre a reprodução familiar que se confunde, inclusive,

com a própria reprodução do capital. Quanto a isso, Ferguson e McNally (2017) sustentam a argumentação de que

[...] as raízes sócio materiais da opressão às mulheres sob o capitalismo têm a ver, na verdade, com a relação estrutural do lar com a reprodução do capital: o capital e o estado precisam conseguir regular sua capacidade biológica de reproduzir a próxima geração de trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja disponível para a exploração. (FERGUSON & MCNALLY, 2017, p. 35-36).

À luz disso, colocamos aqui uma inquietação acerca da sustentação que assegura que o trabalho doméstico não produz valor de troca. Ora, se é no seio do trabalho doméstico, que além de aprofundar a opressão de gênero e da superioridade de domínio do masculino sobre a mulher, que é “fabricada” – porque regulada por esse sistema - as gerações de trabalhadores a incorporarem, futuramente, ao sistema de produção na condição de força assalariada (venda da força de trabalho), essa não se constitui como um produto?

Como pode falar/sustentar que o trabalho doméstico não produz mais-valor, se se considera a força de trabalho – nessa ordem social - como uma mercadoria e que já vem com o selo de sua “obsolescência programada”, pois “[...] a força de trabalho retirada do mercado por desgaste e morte, deve ser continuamente substituída por, no mínimo, uma quantidade igual de força de trabalho nova”, Ferguson e McNally (2017, p. 37). O que implica dizer de sua, contínua, reprodução para que o capital tenha “vida”? Daí dizer que o trabalho não está para a manutenção da família, mas é o seu inverso, ou seja, é a família que está para o trabalho e sua reprodução adequada às exigências do capital.

E sobre essa questão de “procriação” e fabricação da futura força de trabalho, a autora em referência chama atenção para o exercício de interpretação das diversas realidades de opressões às mulheres, fazendo uma crítica às “lentes” marxistas, pois, em que pese a importância da crítica dialética, as leituras depreendidas deixaram vazios ou silenciamentos importantes que deixam deficitárias as análises das opressões quando essas não consideram outros marcadores de análises sociais.

Por conta disso e por não considerar a diversidade social em sua dimensão global, são invisibilizadas no conjunto da totalidade, sendo pois, necessário “[...] que o materialismo histórico reavalie sua análise da opressão às mulheres na sociedade capitalista” (FERGUSON e MCNALLY, 2017, p. 31) para que, desta forma, se compreenda o que significa a opressão de gênero, visto que este articula e guarda relações

indissociáveis entre família e o modo de produção capitalista. Sem essa relação, a ciência do capital não daria conta de compreender, interpretar e explicar a sociedade de mercado porque esse sistema engendra *a matriz de dominação que engloba raça, classe e gênero*.

Para Saffioti (2005), o enfrentamento político das mulheres às vozes do patriarcado, ou da dominação masculina, contribuiu para a criação de uma organização/movimento de luta que se evidencia com duas frentes: uma voltada e compreendida como teoria epistêmico-política de leitura, compreensão e análise da base material em que está ancorado o sistema de poder patriarcal. Do outro lado disso a que se evidencia como um corpo político – movimento social feminista – como categoria de análise social/histórica valendo-se de três, principais, correntes: o feminismo liberal, o feminismo radical e o feminismo socialista, por meio do qual, em que pese “lentes” específicas, conseguiram protagonizar importantes conquistas às mulheres e pautar o debate de desconstrução do patriarcado como estrutura de poder.

De acordo com a autora, a corrente do pensamento feminista liberal, ocorrido com maior ênfase no bojo do século XIX em contextos de países da Europa, Estados Unidos da América e na América Latina, tiveram como pauta de luta o direito ao “sufrágio feminino” Saffioti (2005, p. 82) limitando-se a outras importantes discussões, como por exemplo, a base material de sustentação da supremacia masculina.

No que cabe ao pensamento do feminismo radical, esse se movimentou com protagonismo político, tendo como elemento de leitura e compreensão da realidade e da realidade de opressão das mulheres, as epistêmes do materialismo histórico e dialético por entender que essa “lente” daria conta de ir “[...] à raiz da opressão” Saffioti (2005, p. 82), colocando duras críticas ao *modus vivendi* do patriarcado, opondo-se ao sistema de produção capitalista, por entender que as interseccionalidades são emergentes do *modus operandi* de si.

Ainda na direção das correntes do feminismo, Saffioti (2005), aborda sobre uma outra “lente” interpretativa do fenômeno do patriarcado, o feminismo socialista. Para essa autora, esse pode ser entendido como uma teoria que vai além das questões colocadas pelo feminismo radical quando avança e traz dois marcadores e que são categorias fundantes do sistema de dominação em referência. Trata-se das categorias de raça e gênero a ser adicionada à categoria de classe e “[...] segue a tradição marxista, mas

reconhece que as categorias econômicas do marxismo não são suficientes para entender e explicar a opressão da mulher” (SAFFIOTI, 2005, p. 87).

Pensado dessa forma, o feminismo socialista consegue reunir, numa mesma corrente, duas vertentes crítico-analíticas que se conversam e se complementam para apreender, compreender e explicar a relação que se processa entre capitalismo e patriarcado, onde esse último é endógeno, ou produto do primeiro donde se infere que sua existência, na expressão moderna, têm se movimentado na direção da reprodução das opressões configurando os determinismos econômicos e políticos desse sistema poder/opressor.

Daí que interseccionalizar esse debate do feminismo socialista com os do feminismo radical, está na direção apontada por Miguel (2014), quando, ao abordar sobre a complexidade dessa “biologia de sistema”, o faz afirmando que “[...] formas mais complexas de dominação exigem ferramentas mais sofisticadas para entendê-las; nesse processo, o pensamento feminista tornou-se o que é hoje: um corpo altamente elaborado de teorias e reflexões sobre o mundo social” (MIGUEL, 2014, p. 161), estando não somente limitado à interpretar as dinâmicas que engendram as opressões no *reino do capital*, mas comprometido com o desmantelamento estrutural desse sistema de poder.

Mesmo diante dessa constatação, ainda impera no imaginário social, no caso brasileiro, muitas visões e interpretações equivocadas a respeito do que são e do que fazem os movimentos feministas, tão temidos pelo conservadorismo de poder patriarca e das suas pautas de costumes que encaminha a deturpação desses movimentos porque, certamente, eles caminham na direção da destruição das suas estruturas e bases de sustentação: o capitalismo.

Para continuar o papo

Diante desse debate, uma pergunta vai insistindo em tomar corpo e forma, visto que o substrato das opressões causado por esse sistema de poder não tem diminuição significativa, e o imaginário social continua sendo alimentado por essas visões distorcidas, inclusive e sobretudo, por meio dos AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado – muito afeitos às teorias reprodutivistas de Althusser, Bourdieu e Passeron. Qual tem sido, em que medida e de que forma a educação e a escola (na concepção de Gramsci, entendida não como aparelho de ideologia, mas de hegemonia) têm pautado esse

fenômeno social como matriz curricular para os processos de ensino e aprendizagem, ou têm se esquivado, num posicionamento deliberado em favor da manutenção dessa ordem estabelecida?

O cenário das expressões da questão social impressa no cotidiano das práticas sociais, sejam elas no âmbito do público ou do privado, mesmo considerando os avanços que os movimentos sociais, em particular, os feministas têm conseguido pautar no rol de responsabilidades do estado, como demanda de políticas públicas, e assim sejam tratados os sujeitos à elas referendadas, ainda opera, com força motriz reacionária, a “engenhosa” e sistêmica fábrica de regulação social à moda do patriarcado.

Essa dinâmica tem se movimentando, entre outros, por meio dos aparelhos ideológicos de Estado - AIE – o escolar e o religioso, conforme Althusser, e que no pensamento de Jenniffer et al (2019, p. 145) essas estruturas são identificadas como a “matriz de poder colonial” que se movimenta funcional à universalização do gênero na medida em que o ser masculino figura – naturalmente - como aquele que é dotado de poder e, portanto, de dominação do ser mulher à sua métrica de pensar e autorizar suas “existências”.

Ante ao exposto, e se a questão de gênero confere estrutura à sociedade, reafirmar que as opressões fabricadas pela moenda do capital, requer que seja reinterpretada para além das “lentes” filosóficas do Materialismo Histórico e Dialético, precisando ser incorporadas as nuances epistêmicas das interseccionalidades de gênero, raça e classe, visto que esses são marcadores de análises sociais que se somam na tarefa histórica de contrapormos aos organizadores do marte. Diante disso, reafirmarmos que a reificação do capital, não incide no fim da história, porque, para nós, o esperar de Paulo Freire, se constitui na ordem do dia para fazer imprimir outras bases de sociabilidade *para além do capital*.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

- BÍBLIA, A. T. Gênesis. IN: Bíblia. Português. **Bíblia Sagrada**. Antigo e Novo Testamento. Tradução: CNBB, Brasília- DF. s//d. p. 17.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista Outubro**, v. 29, p. 23-59, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- GIDDENS. Anthony. **Conceitos essenciais da sociologia**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- MIGUEL, Luis Felipe. F.; BIROLI, Flavia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero e patriarcado: a necessidade da violência**. In: Marcadas a ferro. Violência contra as mulheres: uma visão interdisciplinar. Brasília: Presidência da República/ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.
- SANTOS, Jenniffer S.; FACHINETTO, Rochele F.; SILVA, Rosimeri A. da (Orgs.). **Descolonizar: a prática e o sexo**. Porto Alegre: CirKula, 2019.
- TOLEDO, Cecília; SAGRA, Alicia. **Gênero e classe**. São Paulo: Sundermann, 2017.